

O PAPEL DO CONSELHO MUNICIPAL NA ARENA PÚBLICA DE DEFESA DE DIREITOS DAS MULHERES EM FLORIANÓPOLIS¹

Amanda Büttenbender Nunes², Maria Carolina Martinez Andion³, Graziela Dias Alperstedt⁴, Mariana Fraga⁵.

¹ Vinculado ao projeto “Observatório de Inovação Social de Florianópolis (OBSIF)

² Acadêmica (a) do curso de Administração Pública - ESAG/UDESC – Bolsista PIVIC/UDESC

³ Orientadora, Coordenadora do OBISF, Departamento de Administração Pública – ESAG/UDESC – andion.esag@gmail.com

⁴ Vice Coordenadora do OBISF, Departamento de Administração Empresarial – ESAG/UDESC

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração – ESAG/UDESC

Embora as mulheres brasileiras tenham conquistado vitórias parciais no século XX (ALVES; CAVENAGHI, 2013), nota-se que ainda há grandes desigualdades de gênero em nosso país. Muitos dessas desigualdades aparecem em Santa Catarina (SC), estado que ocupa posição de liderança no índice de violência contra as mulheres. No ranking de violência contra a mulher, Florianópolis/SC está em segundo lugar entre as capitais brasileiras (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015). Neste contexto, nota-se o surgimento de organizações e movimentos voltados a questões de gênero, bem como amplia-se a importância dos dispositivos de política pública como o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM). A partir de um levantamento preliminar, pode-se perceber que há um movimento em construção na cidade a partir da ampliação de iniciativas que se mobilizam em torno da garantia dos direitos das mulheres e do combate às violações. Diante disso, surge a hipótese da existência de uma arena pública (CEFAI, 2007; 2012) em construção e que ela tem promovido algumas incidências em Florianópolis.

Na ampla rede que compõe esta arena, o trabalho focaliza a atuação do COMDIM como modelo de instituição participativa desde a Constituição de 1988, figurando como parte importante da relação entre Estado e sociedade no Brasil contemporâneo (TATAGIBA e ALMEIDA, 2012). Assim, a partir de uma perspectiva pragmatista ancorada nos estudos da sociologia dos problemas públicos (CEFAI 2002; 2017) e da ação pública (ANDION et al, 2017a e AGATHA; ANDION, 2019), a pesquisa tem como objetivo geral compreender a influência do COMDIM junto a política pública de garantia de direitos das mulheres no município. Com o intuito de atingir este objetivo, foram elencados os seguintes objetivos específicos: 1) Promover uma análise da política pública municipal a partir do estudo dos seus principais dispositivos; 2) Retraçar a arena pública de defesa das mulheres; 3) Analisar a atuação do COMDIM e sua influência em termos da política pública.

Para isso, foi desenvolvido um estudo de caso (GODOY, 1995) através da triangulação de três técnicas: 1) análise documental; 2) cartografia da rede que forma a arena pública de defesa de direitos das mulheres 3) entrevistas com as conselheiras. O levantamento documental foi realizado do dia 06 de abril de 2020 à 12 de maio de 2020 e ocorreu por meio do mapeamento de leis municipais, a partir do site oficial da Prefeitura de Florianópolis com as palavras-chaves “mulher” e “gênero”. A cartografia da arena pública ocorreu a partir do mapeamento das redes de articulação do Movimento 8M e do COMDIM, e a partir dessas duas redes, foi utilizada a metodologia *snowball* para traçar o restante da arena pública. Esse trabalho foi realizado em conjunto e em diálogo com a mestranda Mariana Fraga que está fazendo sua dissertação sobre o

tema. Ressalta-se que o presente trabalho teve como foco a rede do COMDIM, ao aplicar o questionário de iniciativa e de suportes do OBISF com todas as organizações da sociedade civil que participam do Conselho (08). Por fim, foram realizadas 12 entrevistas, com 8 conselheiras não-governamentais suplentes, uma conselheira governamental, dois integrantes da Comissão da Mulher da Câmara Municipal de Florianópolis e então Coordenadora da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres

Quanto a análise documental, após o mapeamento de 134 leis/decretos, desconsiderou-se aqueles que não tratavam especificamente de questões das mulheres e os que foram revogados, restando 24, que foram considerados por este trabalho como dispositivos da arena pública de gênero do município de Florianópolis. Nesses, foram contemplados 9 temas, a saber: Saúde da mulher (5); Violência contra a mulher (5); Política habitacional (5); Mecanismos de controle de política pública (3); Datas comemorativas (2); Poder Executivo (1); Identidade de gênero (1); Combate ao racismo (1); Formação profissional (1) Ensino (1). O destaque se dá para atenção à saúde da mulher na cidade, com a Lei nº 10.338/2018, inovadora no que tange a legislação nacional brasileira, que institui o Programa Governamental de Apoio ao aborto legal e juridicamente autorizado. Além disso, o COMDIM aparece como mecanismo de controle de política pública através da Lei nº 7.682/2008. Nela, o define como um “órgão colegiado propositivo, fiscalizador e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil, com a finalidade de promover, em âmbito municipal, políticas públicas que contemplem a equidade de gênero” (FLORIANÓPOLIS, 2008).

Quanto à cartografia específica, foram localizadas 70 iniciativas de gênero, ou seja, que atuam em relação ao problema público de desigualdade de gênero na cidade e 80 suportes, que dão algum tipo de apoio para essas iniciativas. A rede do COMDIM é composta por 18 atores, em que 15 estão vinculados ao mesmo por possuírem cadeiras no conselho. Desses 15, 8 são iniciativas e 7 são suportes. Um aspecto que chama atenção quanto a sua composição é que a maioria das iniciativas vindas da sociedade civil (6) são representações de profissões, como administração e contabilidade, que realizam ações de capacitação vinculada a mulheres da profissão específica. O segundo ponto percebido é que nenhum movimento social possui cadeira, o que mostra o distanciamento com esse tipo de iniciativa. Ademais, o COMDIM demonstra um isolamento dentro da arena, apenas dialogando com duas entidades externas, sendo as duas relacionadas a Prefeitura de Florianópolis.

Os próximos passos desta pesquisa são: i) aprofundamento da análise da arena pública; ii) análise das entrevistas e iii) traçar relações entre os três grupos de resultados (dispositivos; cartografia e entrevistas) para compreender a influência do COMDIM junto a política pública de defesa dos direitos das mulheres no município.

Palavras-chave: Arena pública. Direitos das mulheres. Conselhos de políticas públicas.